

**CULTURA, FRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO PARANÁ
(1945-1964).**

Dr. Antônio Marques do Vale – UEPG / Fundação Araucária

Introdução

O objeto desta pesquisa foi o Paraná (1945-1964), no tempo em que, para acelerar a abertura das suas fronteiras agrícolas, também assumia o próprio povoamento através do incentivo à migração. (1) O Estado buscava atingir o desenvolvimento requerido pelas lideranças nacionais e regionais, sob o signo da expansão do neocapitalismo do Segundo Pós-Guerra. Mais especificamente, a pesquisa considerou a dupla conceitual educação-cultura, indivisível desde que as nações, ou regiões diversas no interior de cada uma, procuravam afirmar a própria autonomia e “diferença”. Depois de findar-se a Grande Guerra, que havia submetido muitas áreas do planeta a dolorosos massacres e provações, o poder se reorganizou, ou com novas dominâncias ou com novos esforços por afirmar identidades políticas nacionais. O capital rearticulou estratégias para o uso e a difusão de modernas tecnologias. Muitos grupos humanos se deslocaram para novos destinos, urbanos ou rurais. A indústria também tendeu a desconcentrar-se, incentivada pelas facilidades de meios de transporte finalmente aperfeiçoados e pelo incremento de mercados consumidores. No Paraná, no período investigado, personagens novos e interesses múltiplos ocuparam o cenário e fizeram notícia. Por esse tempo, o duplo conceito de cultura e educação iria passar por notável atualização. Antonio Gramsci e Jürgen Habermas, com seus textos em perspectiva dialético-crítica e histórico-cultural, ajudaram ao exame aprofundado das tensas relações instauradas quando grupos e inteiras populações buscavam sobreviver ou vencer. Registramos e examinamos conflitos em torno a realidades várias, sobretudo em sua relação com a educação, no período 1945-1964. Registramos também nossa discordância com o uso da obra de John Dewey, uso funcionalista e reproduzidor de interesses. Tem-se de acusar a sua ligação excessiva com os interesses da burguesia industrial, em especial

norte-americana. Uma cultura promove a difusão de si própria e pretende universalizar-se, mas isso é recebido com reservas, porque os conflitos irrompem mesmo à hora de providenciar ensino e escola para um povo.

1.

Desde a emancipação, o Paraná já se apresentou como um Estado com muitos rostos e diversidade de situações conflituosas. Também aqui, uma cultura deve ser entendida como um conjunto de práticas, ideologias e valores dos quais diferentes grupos dispõem, para darem sentido às suas circunstâncias e condições de vida, ao seu mundo enfim, fundamentalmente para transformá-lo segundo a parcela de poder de que usufruem. Entretanto, nossa pesquisa tomou posição quanto a uma contradição ativa no período do Pós-Guerra: na reedição do movimento paranista, se tentou forjar um tipo de homem paranaense que pudesse significar unidade de vistas sobre o almejado progresso do Estado. Perguntamos, então: que foi o paranismo? O termo surgiu certamente em analogia com nacionalismo. Romário Martins, justificando ter sido outro e não ele o criador do substantivo *paranista*, atribuiu seu lançamento a Domingos Nascimento, em 1906, com este significado: *natural do Paraná, tomado de amor entraíné pelo seu Estado, por cujo progresso, prestígio e integridade envida todos os esforços.* (2) E segundo: qual a possibilidade de formar o tipo do paranaense? A teoria de Max Weber foi empregada em conexão com o paranismo: um “tipo” ideal favoreceria a criação de hipóteses, que, depois de um empenho para a realização do mesmo tipo, se poderiam confirmar. O modelo miscigenador de Gilberto Freire – do qual discordaria *in toto* Faris Michaele, o defensor das culturas de nossa Indo-América – entrava em ação, pretendendo estimular o trabalho de sufocar diferenças e aumentar a adesão aos projetos governamentais e das elites. (3)

Na verdade, o projeto desenvolvimentista do Paraná do Pós-Guerra, difundido com intensa propaganda e com descaso pelas populações posseiras, atraía, em busca de terra, muitos grupos: paulistas, mineiros, nordestinos, catarinenses, gaúchos; e novos estrangeiros como italianos, poloneses, alemães, ucranianos, libaneses, pessoas de outras

etnias. As regiões culturais se mostraram impressionantemente diversificadas, graças ao tipo de tradição anterior, à ação cultural-educacional, à atividade econômica, aos contatos com a diferença: indígenas, antigos moradores de origem portuguesa e mameluca e argentina, caboclos e negros ou mulatos numerosos, os “cultivadores úteis”, os que procuraram diretamente o ambiente urbano. Até nas próprias cidades em evolução, mesmo a observação superficial averiguou a permanência de conformações culturais variadas.

2.

Desde a primeira década do século XX, se tentou esboçar o mapa das culturas do Estado. Obra arriscada. As fronteiras eram diluídas. Indígenas, mamelucos, caboclos, negros, argentinos do extremo Sudoeste: taciturnos, resistentes à miscigenação; e estrangeiros, europeus e de outros continentes, que foram chegando junto com paulistas, gaúchos, mineiros e nordestinos vários. Quanto à posse da terra, o nome de “re-ocupação” tem sido o mais adequado para um processo truculento de titulações superpostas e promessas não cumpridas, com perseguição a anteriores ocupantes, indígenas milenares no seu *habitat* ou antigos posseiros adventícios.

Exemplifica-se. Alguns dados revelam argentinos presentes na região de Pato Branco, em vista da exploração do mate; até se sabe da existência de escola, ali, em 1925, por iniciativa de rico comerciante argentino do mate, Luís Pastoriza. Nessa área, depois, já se documenta a entrada na posse de terra por descendentes de italianos que, chegados de Santa Catarina, precederam de muito os ítalo-gaúchos trazidos do Rio Grande do Sul, no Pós-Guerra, por companhias colonizadoras. Em Pitanga, alguma família de mineiros assinou presença desde 1890, via Guarapuava. Constavam, pois, e por toda parte, estruturas mentais que iriam resistir aos que, posteriormente, ingressariam ostentando papel de compra ou de concessão “legal”. No Sudoeste (1957), como em Porecatu (1950-1951), as “guerras” por conflito de terra catalisaram uma história de grupos que requer novas pesquisas e avaliações. Mesmo no início do século XXI, no Paraná, se fala de grupos

culturais em relação tensa, entre os quais ainda podem melhorar a convivência e a justa cidadania.

3.

Como foi dito acima, o risco das idealizações apressadas se põe sempre de tocaia. Por isso, toda teoria crítica evita simplificações. Investigações que já tiveram sua validade mais vezes corroborada confirmam que é possível detectar, no Estado, uma cultura *elaborada* predominante. (4) Origem e fruto, essa cultura revela a prolongada influência dos interesses sócio-econômicos de elites várias; um jeito de ser, analisável na seqüência de marcas profundas: as dominações de tipo colonial, republicano-positivista, pragmático-funcionalista. A história colonial da Quinta Comarca mostrou como havia fincado raízes a pressão pela manutenção da ordem, sinalizada nas milícias populares, que cobriam a ausência de forças oficiais. (5) Quando o assunto era a proteção de fronteiras portuguesas contra a indesejada presença de “espanhóis”, havia a tendência a absorver uma organização militar, e até envolver-se nela voluntariamente. A própria introdução do método escolar lancasteriano dos inícios do Império significou reclamar ordem e progresso. E na República, como desde as campanhas que prepararam o 1889, os ideais de ordem e progresso foram aqui apregoados com insistência, inclusive em confronto com a antiga matriz provincial, São Paulo. E muita idéia de educação se fez científica e pragmática, em conformidade com os inícios industrializantes do século XX e com o prestígio do novo Império econômico norte-americano. O móvel educacional eleito foi, então, o de um pensamento unitário de tendência hegeliano-positivista, adequado a animar elites “produtoras” e a justificar sua predominância através da força do Estado.

4.

A história do positivismo ostenta raízes militares, no Paraná, que se posicionou em favor do poder instalado no Rio de Janeiro, como o fez igualmente por ocasião dos fatos da Revolução Federalista de 1894, quando, florianista ou deodorista, se obrigou com a legalidade e contra a força maragata de Gumercindo Saraiva. Nossa pesquisa anotou forte

presença de militares e policiais civis, agentes da ordem, bem como de neo-pitagóricos associados à maçonaria e ao positivismo místico de Davi Carneiro: na primeira metade do século XX, como que disputam espécie de monopólio da leitura, da escrita e da transmissão da história paranaense.

A obra do educador Erasmo Pilotto (1910-1992), *sui generis*, e a de educadores menos nacionalistas dos anos 50, afirmaram um predomínio ideológico europeu e norte-americano. Em 1953, as festividades do Centenário, perpetuadas na edificação estratégica e simbólica do Centro Cívico de Curitiba, projetavam o progresso da agricultura como caminho para a industrialização, e a ordem. Com muito paranismo. Uma intenção política era precaver-se diante dos interesses de São Paulo. Mas prevalecia o intuito de integrar as diversas subculturas que, na resistência ou na recusa, poderiam contar ainda com poucos trunfos. Afinal, o espírito arbitrário dos governos de Getúlio Vargas e do leal Interventor Manuel Ribas, espírito de algum modo avivado pela presença do PSD, ainda soprava influências no Estado. As mudanças visavam ao progresso a qualquer preço; na categoria de progresso o escolanovismo se firmou, vendo expandirem-se os cafezais e ouvindo os reclamos pela industrialização.

5.

No Paraná Tradicional, a ordem é expressa de vários modos. No estilo elitista ou militaresco de pensar e governar, no silêncio de quem receia ofender e transgredir, na valorização do trabalho (migrante), na repressão ao vadio. No controle vindo das grandes empresas no Norte Novo, na exaltação interessada das benfeitorias inglesas, somada com monumentos aos mais empreendedores e com descaso pela abnegação laboriosa dos populares. Na ênfase na produtividade alemã (Guarapuava) ou gaúcha (Sudoeste), aliada, como sucedeu também no Norte Novo, à precaução por isolar o caboclo e dispensar para as grandes colonizadoras os terrenos melhores ou já livres de posseiros. O aceleração do progresso, apoiado desde a ONU, se impõe pela ideologia da ordem, da *nova ordem* político-econômica. Aceleração regido por modelo industrializante norte-americano, com

mediação da Escola Nova de John Dewey e discípulos. Para este modelo, a integração dos “diferentes” foi aqui divulgada a partir da experiência modernizadora da Revolução Mexicana. Bem associados e coordenados, esses diferentes haviam de colaborar, produzindo excedentes e não apenas a própria subsistência.

Nossa pesquisa teve inspiração teórica em Gramsci e Habermas. Gramsci conduz ao pensamento de que os grupos e culturas têm de debater a própria organização política, econômica e educacional, para a superação de hegemonias injustas. Qualquer bloco histórico vai querer viabilizar o progresso, mas baseando-se na proposta de intelectuais orgânicos, capacitados a valorizar a participação no poder decisório, participação livre tanto do Sul como do Norte, tanto do homem do campo como do homem da indústria. (6)

Habermas preconizou, em toda a sua obra, o elemento político mais que o dogmático-formal. Discutiu sobre certo tipo de *opinião*, que, por ser tal, *é refuncionalizada para canalizar o assentimento dos governados*. Referiu-se, com isso, ao Estado. Estado que intervém crescentemente na estrutura econômica, a fim de agradar a muitos com o fazer-se *promotor* do progresso e do bem-estar coletivo, bem como das forças produtivas; Estado, porém, que, nos tempos mais recentes, pôde abandonar essa *troca de equivalentes* e satisfazer-se com a ideologia *da ciência e da técnica*. Com esse posicionamento crítico, Habermas concluiu que toda ideologia tende a oferecer o seu tributo, o de *impedir a tematização dos fundamentos do poder*. (7)

Entendemos que os textos de Habermas incitam à busca do diálogo, das soluções políticas favorecidas pelo debate constante, e é isso que orienta qualquer encaminhamento justo das grandes questões ou uma compreensão aceitável do passado.

Contudo, quisemos considerar Habermas por outro lado, exatamente para ressaltar como é dificultoso, e então desafiador, *tematizar os fundamentos do poder*. Num texto de 1998, uma resenha, Habermas deixou transparecer um seu desvio para o pragmatismo. Nós o criticamos, não inocuamente: fazemos ver o quanto cada pensador é contextualizado, aderente, filho da sua própria cultura e do seu mundo. Comentando Dewey, *The quest for certainty* (8), Habermas passa a admiti-lo como pensador igualitário *de ponta a ponta*.

Invocando-o para candidato a patrono da República de Berlim (pós-1989), revela o quanto o amor à Pátria e ao seu projeto de unidade o inclina ao mais puro pragmatismo: Dewey é o patrono, ainda que descuide de aprofundar as *interações sociais*; importante é que mostra *domínio incessante de problemas*, age como *solucionador de problemas*, não agita, mas *estimula*. Agora é um Habermas prático e admirador do Dewey leal com à própria circunstância, ao mundo cotidiano de seu país industrializado. Prático, certifica-se de que o homem busca segurança *em meio a um mundo repleto de perigos*. (9) Viva então Berlim e faça-se a unidade da Comunidade Européia! O resto pode esperar. A solução de Habermas, localizada, não nos pode servir, evidentemente. Conforme suas propostas anteriores, o debate continua; sua inclinação patriótica, até compreensível, não pode suprimir nosso reclamo pela multiculturalidade. Ficamos, porém, numa atitude de forte suspeita, diante de interesses fundamentais de Dewey, como: o industrialismo, o dos Estados Unidos primeiro, que desconsidera a grave pergunta sobre a relação de poder com as outras nações; o Estado, que ele fez prevalecer, sem medidas, ao lhe atribuir função de grande coordenador das mais diversas associações, Estado que dá a *direção*. De tal primazia do Estado, os norte-americanos não abrem mão, e exportam uma democracia “controlada”. Tão experimentais ou mudancistas, portanto, ainda não podem ser as suas propostas educacionais.

Conclusão

A questão das fronteiras agrícolas, no Paraná da década de 50, se conjuga com a das fronteiras culturais. Desenvolvimento sócio-econômico também não é realidade inócua: obriga aos grupos humanos a refletir nas próprias relações. Por trás de qualquer análise nesse sentido, sempre se acha um referencial teórico. O Paraná, na onda do progresso buscado no Pós-Guerra, adotou um referencial pragmático-positivista, mais do que liberal, para o seu sistema educativo. A tradição positivista vingou, aqui, desde antes da República, embora com variantes. A corrente da Escola Nova, representando um modelo norte-americano de integração com ênfase nos conceitos de unidade e colaboração, procura

renovar a própria hegemonia, como estrutura social de consenso e como verdadeira tecnologia ao serviço da indústria. O exemplo desse apelo de Habermas, à hora de augurar o bom sucesso para a nova organização da Europa e da Alemanha, é sintomático: demonstra que as idéias pragmático-educacionais de John Dewey prosseguem ativas no mundo industrial. Quanto a isso, propomos que Habermas deva ser lido apenas factualmente. Excessos de pragmatismo nos advertem que o poder e o projeto elitistas não admitem facilmente retroceder. Isso conta para os que, em educação, desejam fazer trabalho crítico no Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

1. CONFERÊNCIA DOS GOVERNADORES PARA ESTUDO DOS PROBLEMAS DA BACIA DO RIO PARANÁ – em São Paulo, 6-8/set.1951, Palácio dos Campos Elíseos. São Paulo: Subdivisão de Impressão e Fotocópia da Estrada de Ferro Sorocabana, s/d. Os itens indicados com urgência pelo Governador Lucas de Oliveira Garcez, de São Paulo, são: povoamento, viação, energia elétrica.
2. MARTINS, R. Paranística. *A Divulgação*, nº. 3-4: p. 37. fev / mar. 1948.
3. WANKE, E.TH. *Faris Michaele, o Tapejara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Edições Plaquette, 1999, p. 146-148.
4. TRINDADE, E.M.C.; ANDREAZZA, M.L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 11-12.
5. IDEM, p. 35-37.
6. Para GRAMSCI, A., ver especialmente: *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982, p. 3-7.
7. FREITAG, B.; ROUANET, S.P. *Habermas: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993, p. 14-15. Citam o *jovem Habermas* (1962) e obras posteriores da década de 1970;
8. Comentário ao livro no capítulo 9. HABERMAS, J. *Era das transições*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2003, p. 177-181, *passim*. A obra comentada, *The quest for certainty*, de John Dewey foi publicada em 1929.
9. IDEM, p. 180.